



Anuario de Estudios Atlánticos
ISSN: 0570-4065
casacolon@grancanaria.com
Cabildo de Gran Canaria
España

Romero Magalhaes, Joaquím
História dos Descobrimientos e expansão portuguesa (1828-1960)
Anuario de Estudios Atlánticos, núm. 64, 2018, -Febrero, pp. 1-12
Cabildo de Gran Canaria
Las Palmas de Gran Canaria, España

Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=274454797023>

- ▶ Cómo citar el artículo
- ▶ Número completo
- ▶ Más información del artículo
- ▶ Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc
Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto



HISTORIA DE LOS DESCUBRIMIENTOS Y EXPANSIÓN PORTUGUESA (1828-1960)

HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS E EXPANSÃO PORTUGUESA (1828-1960)

HISTORY OF THE DISCOVERIES AND PORTUGUESE EXPANSION (1828-1960)

Joaquím Romero Magalhaes*

Recibido: 5 de diciembre de 2016

Aceptado: 4 de agosto de 2017

Cómo citar este artículo/Citation: Romero Magalhaes, J. (2018). Historia de los descubrimientos y expansión portuguesa (1828-1960). *Anuario de Estudios Atlánticos*, nº 64: 064-004. <http://anuariosatlanticos.casadecolon.com/index.php/aea/article/view/10160>

Resumen: En este trabajo se hace un recorrido sobre la historiografía de los descubrimientos y de la formación del imperio colonial portugués entre la independencia del Brasil y los años sesenta. El punto de arranque es Herculano y su *Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas* y el *Índice cronológico* del cardenal Saraiva, y el punto de llegada, las obras fundamentales que han marcado el arranque de la renovación de la historiografía portuguesa de los descubrimientos y de la expansión portuguesa en la segunda mitad del siglo XX, convirtiéndola en una disciplina académica autónoma. Nos referimos a los resultados tangibles de la labor de la Comissão Nacional das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, en la que los autores más significativos son Jaime Cortesão, Luís de Albuquerque, Damião Peres y, sobre todo, *A economia dos descobrimentos henriquinos* de Vitorino Magalhães Godinho, obra que no contó con el beneplácito oficial. Es necesario terminar señalando que en 1960 la historia de la colonización portuguesa era todavía una tarea por emprender.

Palabras clave: historiografía de los descubrimientos, expansión portuguesa

Abstract: In this paper, we review the historiography of the discoveries and the formation of the Portuguese colonial empire between the independence of Brazil and the sixties. The starting point is Herculano and his *Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas* and the *Índice Chronologico* of Cardinal Saraiva and the point of arrival, the fundamental works that have marked the beginning of the renewal of the Portuguese historiography of the discoveries and of Portuguese expansion in the second half of the twentieth century, making it an autonomous academic discipline. We refer to the tangible results of the work of the *Comissão Nacional das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, in which the most significant authors are Jaime Cortesão, Luís de Albuquerque, Damião Peres and, above all, Vitorino Magalhães Godinho and his *A Economia dos Descobrimientos Henriquinos*, a book that did not count with official approval. It is necessary to conclude by pointing out that in 1960 the history of Portuguese colonization was still a task to be undertaken.

Keywords: historiography of the discoveries, Portuguese expansion

* Catedrático de Historia Económica. Facultad de Economía. Universidad de Coimbra. Portugal. Correo electrónico: jromero@fe.uc.pt

Consumada (1822) e reconhecida a independência do Brasil (1825), as possessões portuguesas na África -sobretudo estas- começam a ser tidas como herança sagrada da pátria (e, portanto, património intocável) e como solução económica para as dificuldades presentes de Portugal. Como escreverá em 1882 Oliveira Martins (1845-1894) na *História de Portugal* (3ª edição)¹ «...só á custa de recursos coloniaes poderemos talvez satisfazer as multiplas exigencias da organização economica, scientifica e moral, hoje indispensáveis á existência de uma nação»². Era também opinião de um empenhado colonialista de Novecentos, Luciano Cordeiro, que a África «equatorial podia ser-nos um outro Brazil e que era uma immensa dôr ver o tempo que se tem perdido»³. Presença colonial que assim se tinha por continuada e como vinda desde os séculos de Quatrocentos e Quinhentos, uma longa permanência que justificava a posse presente cuja primazia e cuja continuidade tinha de ser posta em evidência perante os desejos e ambições dos outros estados europeus, pelo que a história se tornava um elemento de prova fundamental. «Argumentação histórica, diplomacia e política africana andavam então a par e passo. [...] a história assumia a função pragmática e instrumento do Estado nacional na sua política externa»⁴.

O conhecimento histórico -e as motivações de quantos por ele se interessavam- estava sobretudo amarrado à lição de Herculano (1810-1876), que defendera, com uma convicção contagiante, que o grande período da constituição da Nação fora a Idade Média. «Em dois grandes cyclos me parece dividir-se naturalmente a historia portuguesa, cada um dos quaes abrange umas poucas de phases sociaes, ou epochas: o primeiro é aquelle em que a nação se constitue; o segundo o da sua rápida decadência: o primeiro é o da idade-média; o segundo o do renascimento». Indo mesmo a considerar «todo o seculo decimo-sexto como um seculo de decadencia»⁵, datando das cortes de Évora de 1482 o início dessa catastrófica depressão colectiva. E insiste: «nem descobrimentos, nem conquistas, nem commercios estabelecidos pelo privilegio da espada, nem o luxo e majestade de um imperio immenso, nos pódem ensinar hoje a sabedoria social»⁶. Os descobrimentos, sem dúvida a gesta mais brilhante da existência colectiva, no entanto abriam para a decadência que afundaria a Pátria que assim desabaria nas mãos de Felipe II. Eram mesmo os descobrimentos, em virtude do absolutismo régio eliminador de liberdades cidadãs, a expressão dessa fatalidade. No entanto, a erudição progredia e documentos fundamentais para o estudo da época e dos feitos descobridores iam sendo editados, com destaque para a *Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas que vivem nos dominios portuguezes ou lhes são visinhas* por iniciativa da Academia Real das Sciencias (1812-1841).

O liberal frei Francisco de S. Luís (1766-1845), depois conhecido como cardeal Saraiva, nos anos de 1828-1834 de reclusão política -“forçado e penoso ócio”- na Serra de Ossa, reúne materiais e redige as primeiras e bem organizadas cronologias, com arrolamento de fontes e enumeração de personalidades de destaque na história da expansão. O operoso escritor arruma o que consegue averiguar no *Indice chronologico das navegações, viagens, descobrimentos, e conquistas dos portuguezes nos paizes ultramarinos desde o principio do século XV*. Apesar do “segredo”, pressuposto com que já lê a documentação e que a torna de complexa e exigente análise, multiplicam-se as dificuldades de acesso aos testemunhos que se mostram insuficientes para a escrita «em corpo de historia» da «serie das nossas empresas ultramarinas»⁷. Nesse *Indice chronologico* limita-se a apontar sumariamente «os factos que nos parecêrão mais importantes, e collocando-os na sua ordem puramente chronologica, como para nos servirem de guia, quando quizessemos dar maior extensão ao nosso estudo, ou instruir-nos mais amplamente neste ramo da nossa historia, que reputámos de tanto interesse para o publico litterato, quanto glorioso para os Portuguezes»⁸. Provavelmente trata-se da primeira tentativa de apresentação global do que se sabia sobre os descobrimentos e feitos ultramarinos, de 1412 a 1811, quando quase tudo ainda se ignorava: «Os escriptores nacionaes, que podíamos consultar erão poucos, incompletos, ás vezes discrepantes em suas

1 MARTÍNS (1882).

2 MARTÍNS (1882).

3 CORDEIRO (1876).

4 MATOS (1998), p. 56.

5 HERCULANO (1842), pp. 126-127.

6 HERCULANO (1842), p. 135.

7 SARAIVA (1841), tom. V, p. 48.

8 SARAIVA (1841), tom. V, p. 49.

narrações, e sempre diminutos nas particulares notícias do século XV, que mais convinha indagar e apurar»⁹, sempre em exercício de caprichada erudição. Quase em simultâneo surgem os contributos do Visconde de Santarém (1791-1856), com o seu *Atlas* e com a publicação do recém-descoberto manuscrito parisiense da *Chronica do descobrimento e conquista da Guiné*, de Gomes Eanes de Zurara, ocorrida em Paris, em 1841. E depois na famosíssima, e utilíssima, *Démonstration des droits qu'a la couronne de Portugal sur les territoires situés sur la côte occidentale d'Afrique entre le 5 degré et 12 minutes et le 8 de la latitude méridionale et par conséquent sur les territoires de Molembo, de Cabinda et d'Ambriz*. Era necessária argumentação histórica, para justificar pretensões territoriais. Ambos os autores glorificando -e mitificando- a figura e a obra do infante D. Henrique, visões racionalista e voluntarista, na mesma exaltando a personalidade e acção do príncipe¹⁰. Desde logo tendo que destrinçar o real do imaginário e fazer frente aos que minimizavam os feitos portugueses. A prioridade portuguesa nas navegações para o antes desconhecido devia ser bem claramente afirmada e defendida.

Mesmo em obras de propaganda, a história não deixa de ter um papel central na argumentação dispendida em tudo quanto se relaciona com as colónias, assunto relevante nas vésperas de grandes decisões europeias-conferências de Bruxelas (1876) e de Berlim (1884-1885). Política e economia, sobretudo, embora sempre a partir de um relato histórico e tentando alargar o âmbito do conhecimento geográfico e histórico- muitas vezes dito histórico-etnográfico para obviar à falta de documentos sobre as populações africanas que agora interessava conhecer e não apenas explorar.

Sentia-se a necessidade de defesa do património colonial português em África através da justificação histórica -publicada e difundida para que chegasse ao conhecimento das potências europeias também interessadas- para que fosse diplomaticamente alcançada com eficácia. Havia mesmo que reforçá-la e fazê-la mostrada aos demais países colonialistas através de expedições de exploração terrestre¹¹. De algum modo a junção de ambas as linhas de defesa -a intelectual/histórica e a política- se harmonizam na Sociedade de Geografia de Lisboa, associação fundada em 1875 precisamente para procurar definir e orientar os interesses colonialistas dos portugueses. De entre os fundadores e principais animadores destaca-se Luciano Cordeiro (1844-1900), que aos propósitos coloniais junta o seu labor de historiador. Dever-se-lhe-ão trabalhos sobre o povoamento e colonização inicial de Angola, como outros trabalhos sobre o Oriente. Sobre a presença portuguesa em África destacam-se estudos sobre a hidrografia africana no século XVI e um muito inovador estudo sobre *Viagens, explorações e conquistas dos Portugueses* (1881)¹², trabalho documentado sobre a penetração de europeus nos sertões africanos em tempos que mais utilidade poderia ter saber-se dos antecedentes da presença portuguesa. Os empenhados nessa colonização nunca dispensaram o auxílio da história para fundamentar os seus interesses. E por isso também Luciano Cordeiro ter feito parte da missão encarregada de representar o país na Conferência de Berlim de 1884-1885. Com essas publicações -muitas vezes despertados pelas vicissitudes da política internacional- se iam acumulando materiais que se pensava seriam depois aproveitados para uma obra de síntese sobre os descobrimentos cuja falta já se sentia, mas nenhum com o propósito de avançar uma síntese da história dos descobrimentos e da expansão -ou mesmo da colonização, como se entendia no século XIX- que se sabia fazer falta. Questões do tempo presente, mas que por serem em volta de um direito assegurado pela permanência, pela história tinham de ser fundamentados. A história -e a necessidade de uma história dos descobrimentos- penetrava na sociedade e despertava os espíritos cultos, a que os poucos apreciadores de história se dedicavam. Havia, sentidamente, a necessidade de tornar evidente e aceite pelos demais países com interesses coloniais a prioridade portuguesa em muitos dos descobrimentos geográficos marítimos.

Na Academia das Ciências de Lisboa reconhecia-se essa necessidade de escrita e publicação de uma *Historia dos descobrimentos*. Embora ainda se não tivesse dado um desenvolvimento considerável da *História dos descobrimentos*. Mas também os historiadores -ou interessados em história- estavam de acordo em que ainda se carecia do conhecimento indispensável de muitas das fontes para que se pudes-

9 SARAIVA (1841), tom. V, pp. 47-48.

10 JOÃO (1994), p. 20.

11 GUIMARÃES (1984).

12 CORDEIRO (1936).

se avançar nessa obra de síntese. E notável desde o princípio do século se ia revelando a actividade da Academia nessa edição de documentos. Mais em 8 de março de 1877 a Academia decidiu mesmo avançar suscitando a escrita de uma «história crítica das navegações e descobrimentos portugueses desde o século XV»¹³. Aí proferiu Pinheiro Chagas a sua conferência sobre os *Descobrimientos portugueses na África*, estimulando essa realização¹⁴. Reconhecia-se, pois, essa necessidade. Esse encargo foi entregue a João de Andrade Corvo (1824-1890), por morte deste a Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895) e por morte deste ainda a Zófimo Consiglieri Pedroso (1851-1910). Pinheiro Chagas ainda avançará com *Os portugueses na África, Ásia, América e Oceânia ou historia chronologica dos descobrimentos, navegações, viagens desde o principio do século XV, continuada até à actualidade* e com *Os descobrimentos dos Portuguezes e os de Colombo. Tentativa de coordenação histórica*¹⁵, contributos que se foram acumulando, em tentativa que no entanto se revelou prematura. Ainda não era tempo de se conseguir a realização almejada, e por isso se ficou por vagos projectos por concretizar, não obstante ter sido alargado o número de fontes e de estudos publicados que o intento afinal terá desencadeado.

Na *História de Portugal* (1879, 3ª ed. aumentada de 1882)¹⁶, em *O Brasil e as colónias portuguesas* (1880) e em *Portugal nos mares: ensaios de história e geographia* (1889), Joaquim Pedro Oliveira Martins (1845-1894) problematiza pela primeira vez a história dos descobrimentos, embora não a autonomeie em termos de método e de disciplina do conjunto da história de Portugal. O infante D. Henrique é exaltado como autor e promotor das descobertas: deve-se-lhe a atracção pelo desconhecido Preste João, a tentativa de desfazer as extravagantes lendas sobre o Atlântico tido como mar tenebroso -sobre que se sonhavam horrores e maravilhas-. No seu ambicioso espírito «cabiam as suas empresas: conquistar o império marroquino, ou pelo menos o seu litoral, para garantir o comércio do Sudão; e ao mesmo tempo conquistar às trevas as ilhas d'esse mar desconhecido, seguindo também o longo das costas ocidentais para as visitar e explorar. Tenaz e até duro de carácter, D. Henrique sacrifica tudo aos progressos da sua empresa [...]». A ele Portugal devia «a honra de preceder as nações da Europa na obra do reconhecimento e vassalagem de todo o globo»¹⁷. O príncipe instava-se em Sagres rodeado por uma “academia” como que renascentista de gente culta e perita em cosmografia e arte de navegar. «Dispondo de consideráveis riquezas, estabeleceu um observatorio e uma escola de navegação em Sagres, para o estudo da nautica e da cartographia»¹⁸. O infante «procurava desvendar os segredos das ilhas e dos continentes, dos golphos e das enseadas, velados pelo manto azul negro do Mar Tenebroso»¹⁹. Os descobrimentos não eram realizados a acertar, mas com os conhecimentos que havia na época e que se iam alargando. Relevo tinha a marinha que desde tempos de D. Sancho I se desenvolvera. Falecido o infante em 1460, parou o movimento das navegações. Oliveira Martins destaca também a conquista de Ceuta (1415) e o desastre de Tanger (1437) da empresa norteafricana. No entanto, a ocupação de praças em Marrocos foi um incidente na vida nacional, que «é apenas um episódio da grande história das descobertas e conquistas ultramarinas [...]»²⁰.

Porém salta do Infante para a expedição de Vasco da Gama ao Oriente, realçando previamente a expedição de Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã. Também a viagem de Pedro Álvares Cabral merece atenção, para depois se espriar sobre D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque e D. João de Castro. Mas as coisas acabam por correr mal: «Anarquicamente iniciada, a ocupação da Índia foi, de princípio a fim, uma exploração anárquica»²¹. Razões várias se conjugam nessa incapacidade: «Explorar o Oriente comercialmente, à holandesa, era cousa para que o nosso génio nos não chamava»²². Com esta narrativa ficaria apresentada a presença portuguesa no Oriente. Ainda pegado a Herculano, Oliveira Martins con-

13 MATOS (1998), p. 57.

14 CHAGAS (1877).

15 CHAGAS (1890 e 1892).

16 MARTÍNS (1882).

17 MARTÍNS (1882), tom. I, pp. 166-167.

18 MARTÍNS (1914), p. 124.

19 MARTÍNS (1882), p. 170.

20 MARTÍNS (1882), tom. I, p. 188.

21 MARTÍNS (1882), tom. I, p. 296.

22 MARTÍNS (1882), tom. I, p. 298.

sidera que a partir do reinado de D. Manuel I se iniciava *A catástrofe* (1500-1580), a que se seguirá *A decomposição* (1580-1640) para se chegar a *A anarquia espontânea* (1777-1826). Faltava uma atenção especial à colonização, que virá mais tarde em outro trabalho -*O Brasil e as colónias portuguesas*-. Nele é central a distinção entre colonização e comércio: colonização agrícola nas ilhas do Atlântico à partida desocupadas e contrastando com as povoadas costas africanas, mas também em África e no Brasil a atracção pelo interior, a «exploração dos sertões», para descobrir minas de metais preciosos e capturar mão-de-obra²³. O Brasil fora-se, independente, e agora importava o continente africano: aí ainda haveria um «futuro possível», mas um “presente duvidoso»²⁴ em que a história nem sempre seria o mais útil dos instrumentos de análise. «Se já na África o chamava [ao português] para o interior a caça dos negros, antes de aí ir em busca de minas, outrotanto sucedia na América, onde as *bandeiras* trilhavam os sertões para *descer índios*»²⁵. Embora dispersos, os artigos que compõem *Portugal nos mares* também contêm reflexões úteis sobre a expansão portuguesa. Apesar desses contributos determinantes, o meio historiográfico português ainda não conseguia atingir e elaborar uma síntese que deveria aproveitar também o que a erudição ia produzindo. Outro recurso -bem mais pobre e destinado a um vasto público-, viria na *História de Portugal* de Manuel Pinheiro Chagas (em 8 volumes, 1869-1874), que no entanto não exerceu influência duradoura comparável aos trabalhos de Oliveira Martins.

Não por acaso as grandes comemorações de centenários -destinadas a exaltar a identidade e a consciência da nacionalidade- se ligam com os descobrimentos. Exaltar a memória do período áureo da nacionalidade poderia ajudar a retemperar as energias e a conseguir um renascer da vontade colectiva. Por isso será Camões em 1880, o infante D. Henrique (mais modestamente e sobretudo importante no Porto, sua terra natal) em 1894, a viagem à Índia de Vasco da Gama em 1898 e a descoberta do Brasil em 1900. Exceptuam-se o Centenário do Marquês de Pombal em 1882 que busca fundamentar-se em outras razões e o de Santo António, que foi um fiasco, em 1895²⁶. Ainda, e com boas razões, Portugal participou nas comemorações espanholas da descoberta da América por Cristóvão Colombo (1892). A história dos descobrimentos é usada, pois, numa exaltação patriótica programada.

Conexo com este movimento de interesses que motiva para a publicação de muitos estudos e documentos sobre os descobrimentos e a colonização, -em que se não podem esquecer os *Trabalhos nauticos dos portugueses nos seculos XV e XVI*, de Sousa Viterbo (1846-1910)²⁷- trabalham alguns historiadores avançando notáveis hipóteses e interpretações estimulantes. É o caso de múltiplas publicações -sobretudo a partir de Inglaterra- de Jaime Batalha Reis (1847-1935), verdadeiro geógrafo e capaz de com perspicácia pensar como historiador, interessado em demonstrar a prioridade portuguesa de desvendar mares e terras: o interior africano principalmente porque assim o impunha a defesa das colónias portuguesas perante os avanços gulosos das potências europeias. E Batalha Reis foi mesmo chamado como «uma espécie de consultor geográfico junto das legações portuguesas» em vários encontros internacionais²⁸. Porque mais decorrente da geografia do que da história parecia ser a utensilagem metodológica da incipiente disciplina. A *História dos descobrimentos, da expansão e da colonização portuguesas* parecia inevitavelmente ligada com a prática da política internacional conforme a iam definindo e conseguindo responder os governantes.

Também nos compêndios escolares alguma coisa se ia dizendo sobre a matéria -como se vê no de Manuel Pinheiro Chagas, de 1895-. Mas ainda se carecia de uma visão global e articulada que definisse o conteúdo e exigisse a autonomia da história dos descobrimentos e da expansão portuguesa, pelo que se tornava necessário aos escritores que pretendiam estudar esta ou aquela figura ou acontecimento apresentar longas introduções sobre a história dos descobrimentos. Assim fizeram em 1882 J. M. Latino Coelho (1825-1891), no seu Vasco da Gama²⁹, em 1894 Fortunato de Almeida (1869-1933) a propósito

23 MARTÍNS (1920), pp. 16-19.

24 MARTÍNS (1920), p. 198.

25 MARTÍNS (1920), p. 19.

26 JOÃO (2002), pp. 52-55.

27 VITERBO (1890).

28 REIS (1941), p. 485.

29 COELHO (1985).

do infante D. Henrique³⁰ e Faustino da Fonseca (1871-1918) sobre a descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral em 1900³¹. Tentativa mais geral, embora ser ter alcançado grande êxito, a de Emiliano Augusto de Bettencourt (1825-1886), *Descobrimientos, guerras e conquistas dos portugueses em terras do ultramar nos séculos XV e XVI*. Será sobretudo nas obras sobre a história dos conhecimentos geográficos que Latino Coelho se apoia. Habilmente, enquadra a viagem de Vasco da Gama numa rede de informações sobre os conhecimentos geográficos desde a Antiguidade até aos tempos em que os portugueses iniciaram as suas navegações, o que estrutura o todo da obra e lhe dá um sentido inequivocamente amplo. Entretanto o inglês Richard Henry Major (1818-1891) já publicara a sua biografia do infante D. Henrique (1868) poucos anos depois traduzida em português (1876), onde todos passarão a ir beber.

Mas num outro centenário, com bastante menor exuberância festiva, o do infante D. Henrique em 1894, aparecerá o primeiro trabalho que procura apresentar uma síntese dos descobrimientos: é seu autor, Fortunato de Almeida (1869-1933), professor de geografia e de história do Liceu de Coimbra, que terá sentido a necessidade de enquadramento de toda a obra (e figura histórica) do infante D. Henrique, a ponto de estender o âmbito do seu trabalho desde a descoberta da costa africana até à viagem de Fernão de Magalhães (descoberta da América, do caminho para a Índia e do Brasil), que serão tidos como «resultados da obra do infante D. Henrique».

«Ao escrever em 1898 alguns trabalhos commemorativos do descobrimento do caminho marítimo para a Índia, convenci-me de que estava por fazer a história das empresas marítimas de Portugal». Não se tratava apenas de conhecimento, de glorificação para consumo interno. Havia que mostrar e conseguir tornar evidente que a prioridade da gesta descobridora se devia a Portugal e se impunha destacar o papel dos portugueses no mundo, trabalho de patriotismo, também, pois: assim o entendia o republicano, político, escritor e jornalista, Faustino da Fonseca (1871-1918), que integrava a viagem de Pedro Álvares Cabral nas expedições peninsulares de descoberta do continente americano.

Necessidade de enquadrar os descobrimientos para os compreender e explicar, sem que se dispusesse uma obra de referência a que todos esses acontecimentos se pudessem reportar, quer Fortunato de Almeida quer Faustino da Fonseca tiveram muito menos atenção ao que se sabia de descobertas geográficas e de enquadramento histórico do que Latino Coelho, este, mais culto e mais preocupado com encontrar explicações para os descobrimientos, procura também enquadrar o que se sabia ter acontecido em Portugal no contexto europeu. Todavia, não se fica ainda a dispor de uma obra de síntese que ilustre os descobrimientos quatrocentistas e quinhentistas, necessidade por muitos sentida.

Também o centenário do descobrimento da América com Cristóvão Colombo em 1892 será reconhecido como importante para o conhecimento histórico em Portugal, pelo que sairão *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas publicadas por ordem do governo de Sua Majestade Fidelissima ao celebrarse a comemoração quadricentenaria do descobrimento da América*, entre outros trabalhos. Porque se percebia ser impossível estudar a expansão portuguesa isolada da expansão castelhana. Em 1904 um médico, professor de geografia e história do Liceu de Lisboa, faz sair uma *Historia da geographia. A epopeia geographica dos portugueses durante os séculos XV e XVI*, tentativa limitada que mostra bem a necessidade de expor os conhecimentos geográficos dos povos antigos para passando pelos tempos medievais e pelas aventuras de Marco Polo chegar ao infante D. Henrique, atingir o caminho da Índia e acompanhar mesmo Fernão de Magalhães³².

Essa falta de uma estruturada e autónoma história dos descobrimientos em português e em Portugal vai ser em parte preenchido pela *Geschichte des zeitalters der entdeckungen (História da época dos descobrimientos)* da autoria do Dr. Sophus Ruge (1831-1903), que assume assim um papel central na historiografia dos descobrimientos portugueses, obra que não é apenas de destacar no panorama historiográfico: há nela uma importantíssima consideração da ciência geográfica e da sua importância para a história. Porque logo no centro da indagação constante da obra, estão os «descobrimientos geográficos», ponto de partida essencial, pois que o «alargamento do horizonte physico conduz necessariamente ao alargamento do horizonte intellectual, e imprime o sello da virilidade intellectual ao povo que chegou a

30 ALMEIDA (1894).

31 FONSECA (1908).

32 GUIMARÃES (1904).

conquistar este horizonte»³³, visão eurocêntrica «dos países habitados pelos povos cultos»³⁴, que se estendia até aos confins da China, como seria de esperar, que vai procurar o ponto de partida no que seria o mundo antes das grandes correntes expansionistas europeias em finais da Idade Média. Os povos da parte ocidental centravam-se no Mediterrâneo, enquanto os da parte oriental -em redor do Índico- careciam de uma centralidade. As regiões frias do Norte e as desérticas a Sul não se integravam neste espaço, espaço onde desde a Antiguidade o comércio se instala. E de «o Oriente do mundo antigo» passa-se para «a parte ocidental do mundo antigo». São revistas as «primeiras explorações», em erudita visão do passado clássico, com especial atenção à movimentação dos povos fenícios pelo Mediterrâneo.

Visão eurocêntrica, mas com um conhecimento e um notável desenvolvimento da história extra-europeia, com envolvimento e invocação de matérias que raríssimas vezes surgem em histórias escritas no século XIX -sirva de exemplo a atenção dada à organização dos países mongólicos em meados do século XIII-, o que lhe permite avançar mostrando os esforços missionários empreendidos a partir do papado. E por aí chegar à narrativa das viagens dos irmãos Polo e a outras viagens -reais ou imaginárias- que alimentaram a imaginação dos europeus ocidentais. Só depois dessa compreensão do mundo (que ocupa as primeiras oito dezenas de páginas) surge e se destaca no lado ocidental do mundo antigo, o príncipe Henrique, o Navegador, em que reproduz as costumadas invenções de palácio e escola de marinharia em Sagres. Mas acompanha com rigor o que então se sabia já da descoberta da costa ocidental de África até 1460, para depois passar às expedições de Diogo Cão e de Bartolomeu Dias. Desenvolve ainda as viagens de Vasco da Gama, de Pedro Álvares Cabral e de João da Nova. Estende-se também nos feitos de D. Francisco de Almeida e de Afonso de Albuquerque -e dos que se lhe seguiram- para atingir a presença lusa nas Molucas, na China e no Japão. Da expansão portuguesa nos mares do Oriente passa à viagem de Fernão de Magalhães e às questões postas pela presença e exploração das Molucas. Fernão de Magalhães, que considera «um dos navegantes mais eminentes de todos os tempos, se não porventura o maior de todos»³⁵.

A *História* do Dr. Sophus Ruge na sua versão portuguesa é a primeira obra que expõe uma panorâmica do que ao tempo se sabia e se pensava sobre tais matérias, obra cujo original alemão não era porém recente, pois datava já de 1881 -incluído no vol. XIII da grande *História universal* dirigida por Wilhelm Oncken (1838-1905), que tinha a vantagem de procurar uma visão abrangente de toda a expansão europeia pelo mundo, e não apenas de uma ou outra nacionalidade. Os esforços de portugueses, de espanhóis e de ingleses são devidamente explanados: a Manuel Maria d'Oliveira Ramos (1862-1931), professor do Curso Superior de Letras e depois da Faculdade de Letras de Lisboa se deve a versão portuguesa da *Historia da época dos descobrimentos*, «revista, ampliada e instruída com numerosas notas relativas á epopeia marítima portuguesa». Esta publicação terá ocorrido por 1916 com consequências: a sua mesma tradução e publicação deverá ter contribuído decisivamente para ajudar à criação da cadeira de História dos Descobrimentos e da Colonização nas Universidades Portuguesas de que o professor Manuel d'Oliveira Ramos terá sido o promotor. O que ocorreu em 1918 -poucos anos depois de saída a tradução da *Historia da época dos descobrimentos*- e provavelmente como consequência desse aparecimento. Não é ousadia supor que a criação da cadeira no curriculum da licenciatura em História e Geografia das Faculdades de Letras tivesse sido proporcionada ou pelo menos estimulada pela disponibilidade dessa obra, atingia-se assim a autonomia da disciplina, fazendo embora parte da História Universal de referência.

O tradutor Manuel d'Oliveira Ramos prestimosamente entendeu completar o trabalho com «Notas em apêndice ao volume da “Historia da época dos descobrimentos” de Sophus Ruge», porque sente a necessidade de uma síntese da história da disciplina -mais uma vez- onde tinha de tentar resolver duas dificuldades: os enviesamentos nacionais e o segredo geográfico que obscurecia a documentação. O autor das notas percebe bem a necessidade de aliviar os “heróis” da carga que lhe tinha sido imposta, para destacar o que fora feito «pelo esforço, pela perícia de pobres homens do mar, que formam a imensa legião dos “esquecidos” das grandes epopeias dos séculos de ouro»³⁶, procurando como que limpar de

33 RUGE (s/f), p. 15.

34 RUGE (s/n), p. 16.

35 RUGE (s/f), p. 410.

36 RUGE (s/f), p. 485.

todas as excecências que se tinha acumulado na descoberta ou redescoberta da Madeira, da ida às Canárias, da chegada aos Açores. As expedições ocorridas no século XIV seriam raras e sem sequência, afastando também parte da lenda infantista e discutindo mesmo o propósito de chegar à Índia. Atenção lhe merece ainda a passagem Noroeste pelos Corte-Reais, os conflitos entre os governadores da Índia, a tentativa de cruzamento pelo Nordeste por David Melgueiro e a viagem de Sudoeste de Fernão de Magalhães. Especial cuidado também lhe mereceram as viagens de Cristóvão Colombo. E culminam as apreciáveis notas com a indagação das penetrações dos portugueses em África, na América e na Ásia, o que naturalmente ainda estava nos interesses colonizadores da época. Ficava assim esboçada uma história dos descobrimentos portugueses, com excelente apuramento crítico, embora ainda se tratasse de uma síntese preparatória de obra mais vasta nunca almejada. Registe-se que o professor Oliveira Ramos dava especial atenção à cartografia, o que é natural dada a sua formação militar. Aliás sempre refere os descobrimentos como geográficos.

O princípio do século XX foi também um período historiográfico marcado pela grande erudição: é o tempo das publicações documentais no *Archivo Historico Portuguez*, dirigido por Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921), é o tempo em que se destacam as publicações de Joaquim Bensaude (1859-1952) com *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes* e com a *Histoire de la science nautique portugaise à l'époque des grandes découvertes* (1912 e 1921), e de Luciano Pereira da Silva (1864-1926) com *A astronomia dos Lusíadas*, entre outros textos³⁷. As questões relacionadas com os conhecimentos científicos dos séculos passados ganha corpo e traduz-se em publicações que apresentam a formulação de problemas essenciais. Também surgem nestas décadas iniciais do século as tentativas de interpretação e de problematização: António Sérgio (1883-1969) destaca-se com «*A conquista de Ceuta* (Ensaio de interpretação não-romântica do texto de Azurara)»³⁸ que desencadeou inúmeras controvérsias, em que se destacam as posições conciliatórias de Jaime Cortesão (1984-1960)³⁹ e de David Lopes (1867-1942)⁴⁰ e de radical contestação de Mário de Albuquerque (1898-1975)⁴¹. Fora de polémicas mas tentando abrir caminho em que a erudição ia sendo usada procurando apurar os factos relevantes da matéria, destaca-se o labor de Damião Peres (1889-1976). Iniciando as suas pesquisas na ilha da Madeira, vai depois prosseguindo com eruditos artigos esclarecedores⁴².

Contudo, ainda não estava constituída uma disciplina a que coubesse a designação de “História dos Descobrimentos, da Expansão e da Colonização”, porque essa matéria ainda estava a dar os primeiros passos numa construção que se poderia considerar autónoma dos demais domínios da história, disciplina que já parecia querer-se com objecto e métodos próprios. Nessa via de procura documental se explica a criação oficial nas Faculdades de Letras de uma cadeira de “História dos descobrimentos” que só ocorreu em 1918, e não será demais supor que começaria a ser leccionada em 1920. Sabe-se que a Manuel Maria d'Oliveira Ramos se deve essa introdução: «criou e ilustrou a cadeira de “História dos Descobrimentos e da Colonização Portuguesa”», conforme testemunho de Orlando Ribeiro.⁴³ E assim, naturalmente, em Lisboa será Manuel d'Oliveira Ramos que se encarregará dessa regência, enquanto em Coimbra a Faculdade de Letras procurava apoio num professor de Medicina, João Serras e Silva (1868-1956). No Porto seria a cadeira entregue a Damião Peres, sem que ainda tivesse sido escrita e publicada uma história dos descobrimentos e da expansão ou da colonização, mas o caminho estava aberto.

Por então surgirá, em 1922-1924 dirigida por Carlos Malheiro Dias, a monumental *História da colonização portuguesa do Brasil*⁴⁴. Será a primeira tentativa de uma história geral, embora circunscrita apenas ao território americano da colonização portuguesa (infelizmente incompleta). Trata-se, no entanto, de uma tentativa de grande ambição, com uma notável colaboração de historiadores portugueses, com destaque para Jaime Cortesão e Duarte Leite (1864-1950). Pelos mesmos anos também surgirá, da

37 SILVA (1918).

38 SÉRGIO (1920).

39 CORTESÃO (1925).

40 LOPES (1924).

41 ALBUQUERQUE (1930).

42 PERES (1926).

43 RIBEIRO (1955).

44 DIAS (1922-1924).

autoria do marquês de Jácome Correia, uma *Historia da descoberta das Ilhas*⁴⁵, em que se procura apresentar uma visão global dos descobrimentos anteriores à colonização das ilhas dos Açores -infelizmente sem referir a bibliografia usada-.

Enquanto isso, na *História de Portugal. Edição monumental comemorativa do 8.º centénario da fundação da nacionalidade, profusamente ilustrada e colaborada pelos mais eminentes historiadores e artistas portugueses* dirigida por Damião Peres (1927-1937), muitas páginas foram dedicadas à história dos descobrimentos e da expansão, que se ficaram a dever a Jaime Cortesão (nove extensos capítulos), com alguma participação de David Lopes sobre o domínio marroquino. Aí Jaime Cortesão constrói o essencial de uma história dos descobrimentos e da expansão do século XV ao século XIX. «J. Cortesão a réussi à peindre un tableau lumineusement intelligent et alerte, digne d'un sujet immense, et ses contributions érudites ne sont pas de moindre valeur»⁴⁶. A estrutura de uma disciplina autónoma ficava então magistralmente apresentada, embora no interior de uma obra geral sobre a história de Portugal. Enquanto construía esse formidável painel, apresentara em 1930 um resumo, pequeno dessa mesma história, nas publicações da Exposition Internationale d'Anvers, com o título de *L'expansion des portugais dans l'histoire de la civilisation*.⁴⁷ De 1933 será a indispensável *A marinharia dos descobrimentos*, de A. Fontoura da Costa. Não estava mais adiantada a investigação espanhola sobre o assunto. E ainda em 1931 Gonzalo de Reparaz escrevia que os grandes descobrimentos se iniciam com a «empresa científica y metódica do Infante Don Enrique»⁴⁸, tendo de valer-se de bibliografia estrangeira, em especial da portuguesa e em especial ainda da do amigo exilado Jaime Cortesão.

Dirigida por António Baião (1878-1961), Hernani Cidade (1887-1975) e Manuel Múrias (1900-1960), publicará a Editora Ática de Luís de Montalvor uma *História da expansão portuguesa no mundo* (1937-1940), aproveitando a maré das grandes comemorações ditas do Duplo Centénario de 1940, que em alguns capítulos aperfeiçoa a estrutura geral da História dos Descobrimentos e da Expansão. E ainda aviva algumas das problemáticas que interessava desenvolver e explora, de mistura com muitas páginas convencionais e mesmo retrógradas. Pelos mesmos anos realizava-se um grande «1º Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo», cujas publicações em 1937-1938 trouxeram bastantes novidades -e muitas velharias a condescender com os senhores que governavam o país- e a exaltar convenientes glórias reais e imaginárias.

Todo este esforço que vinha já de longe convergiu para que finalmente em 1943 e devido ao labor individual de Damião Peres saísse a primeira *História dos descobrimentos* em português de um autor português, muito provavelmente decorrente também de necessidades sentidas na docência da cadeira de História dos Descobrimentos que leccionara no Porto e depois na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra desde 1933 (a 1959, com o breve intervalo de 1936 a 1939, em que regeu a cadeira Manuel Lopes de Almeida), demasiado limitadamente, porque referia apenas os feitos portugueses: apenas num capítulo inicial, sem grande desenvolvimento, aparece uma rápida explicação global da expansão europeia, e mesmo assim toda referida ao que se passou em Portugal.

Seja como for que se queira considerar a *História* de Damião Peres, é ela sem dúvida a primeira concretização autonomizada, vindo por si própria consolidar e justificar a autonomia desta disciplina científica em que o autor procura debruçar-se sobre as muitas questões que requerem análises de aturada erudição que já não é temporã: tinha passado mais de um século sobre as iniciais tentativas de frei Francisco de S. Luís. Agora, neste trabalho fundamental, apuram-se território por território, domínio por domínio, as datas e quanto concerne à descoberta e ocupação. Da chegada à Madeira em 1419 à concessão de uma capitania na América do Norte a João Álvares Fagundes, em 1521, encerrando com um breve panorama da colaboração portuguesa em iniciativas de descobrimentos por parte de outros Estados, obra ainda hoje essencial. Era trabalho que fazia falta, e que tem resistido ao passar dos anos: base erudita a que com utilidade se recorre para apurar os factos dos descobrimentos e da expansão -bastante menos pelo que toca à colonização-. Com mais de uma reedição e de utilização ainda obrigatória para os

45 CORREIA (1926).

46 GODINHO (1971), p. 256.

47 CORTESÃO (1983).

48 REPARAZ (1931), p. 5.

estudantes da matéria, com razão Vitorino Magalhães Godinho a diz «síntese de resultados adquiridos e estado das questões».

No mesmo ano em que Damião Peres publicava a sua *História dos descobrimentos*, e no seguimento das obras de Duarte Leite, Jaime Cortesão e Veiga Simões mostrava-se o jovem Vitorino Magalhães Godinho com as suas publicações sobre a matéria, que iriam mudar a linha de rumo dos problemas e das pesquisas sobre a matéria, em especial a partir da sua reflexão intitulada *Dúvidas e problemas acerca de algumas teses de história da expansão* (1943)⁴⁹. Tornava-se evidente que os caminhos a trilhar teriam de ser bem diferentes. E logo a seguir irá desenvolver uma obra de capital importância que culminará com a apresentação em Paris da sua tese de Estado *L'économie de l'empire portugais* em 1959, a que se juntou a partir dos anos 30 um especialista em história do Japão que por Macau passará ao estudo do império português chegando ao Brasil, em actividade que culminará em 1969 com a publicação de *The portuguese seaborne empire*. Entretanto a defesa das visões antiquadas e passadistas que interessavam ao Estado Novo ia ficando a cargo de Idalino da Costa Brochado, Dias Dinis, Domingos Maurício, A. da Silva Rêgo, António Brásio e quejandos, alguns com apreciável capacidade erudita mas todos sobretudo com inegáveis intenções pias, que não podiam ombrear com o que no outro campo historiográfico, se ia fazendo e preparando: Avelino Teixeira da Mota surgirá na linha de continuidade de oficiais de marinha historiadores, alcançando posições cimeiras na historiografia portuguesa da expansão. Ocorre também nestes anos 40 e 50 o início da obra de António Carreira sobre a África negra e mestiça e a do jovem Joel Serrão, que avança elementos indispensáveis para a história da ilha da Madeira e do condicionalismo Atlântico. Jorge Borges de Macedo e Virgínia Rau treinavam-se para ocupar os lugares cimeiros da Faculdade de Letras de Lisboa.

Em 1954 foi criada a Comissão Nacional das Comemorações do V Centenário da Morte do infante D. Henrique, a quem se ficou a dever -a par de outras iniciativas e alguns grandiosos e aparatosos eventos- duas publicações indispensáveis: os *Portugaliae monumenta cartographica*, por Armando Cortesão e A. Teixeira da Mota, e os *Monumenta henricina*, por Dias Dinis. A Comissão devia orientar politicamente as comemorações num tempo em que o apego colonizador do Estado português era posto em questão internacionalmente, pelo que se apareciam no mercado obras fundamentais como as de Jaime Cortesão (*História dos descobrimentos*), Duarte Leite (*História dos descobrimentos*), Luís de Albuquerque (*Introdução à história dos descobrimentos*) e Damião Peres (*História dos descobrimentos*). Porém, nenhuma delas com a chancela oficial, enquanto os serventários de Salazar negavam a publicação de *A economia dos descobrimentos henriquinos* a Vitorino Magalhães Godinho. Não obstante, esse ano henriquino marca a definitiva autonomia dos estudos de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa -bastante menos sobre a colonização, matéria ainda bastante menos estudada- por razões óbvias.

BIBLIOGRAFÍA

- ALBUQUERQUE, M. (1930). *O significado das navegações e outros ensaios*. Lisboa: ed. / autor.
- ALBUQUERQUE, M. (1892). *Alguns documentos do Archivo Nacional da Torre do Tombo acerca das navegações e conquistas portuguesas publicadas por ordem do governo de Sua Majestade Fidelíssima ao celebrarse a comemoração quadricentenaria do descobrimento da América*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- BENSAUDE, J. (1921). *Histoire de la science nautique portugaise à l'époque des grandes découvertes*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- BENSAUDE, J. (1912). *L'astronomie nautique au Portugal à l'époque des grandes découvertes*. Berne: Akademische Buchhandlung von Max Drechsel.
- BENSAUDE, J. (1930). *Lacunae et surprises de l'histoire des decouvertes maritimes (1^e Partie)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CHAGAS, M. P. (1877). *Descobrimentos dos portugueses na África*: Lisboa: Academia Real das Ciências.

⁴⁹ GODINHO (1943).

- CHAGAS, M. P. (1892). *Os descobrimentos dos portugueses e os de Colombo. Tentativa de coordenação histórica*. Lisboa: Academia das Ciências.
- CHAGAS, M. P. (1890). *Os portugueses na África, Ásia, América e Oceânia ou historia chronologica dos descobrimentos, navegações, viagens desde o principio do século XV, continuada até à actualidade*. Lisboa: Parceria de A. M. Pereira.
- COELHO, J. M. L. (1985). *Vasco da Gama*. 2ª ed. Porto: Lello & Irmão.
- Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas que vivem nos dominios portugueses ou lhes são visinhas*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 7 tomos, 1812-1841.
- CORDEIRO, L. (1876). *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº 1, Dezembro.
- CORDEIRO, L. (1936). *Questões histórico-coloniais*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias.
- CORREIA, Marquês de Jácome (1926). *História da descoberta das Ilhas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- CORTESÃO, J. (1925). «A tomada e a ocupação de Ceuta». Lisboa: Sep. do *Boletim da Agencia Geral das Colónias*.
- CORTESÃO, J. (1983). *A expansão dos portugueses na história da civilização*. Lisboa: Livros Horizonte.
- DA COSTA, A. F. (1933). *A marinharia dos descobrimentos*. Lisboa: Imprensa da Armada.
- DE ALMEIDA, F. (1894). *O Infante de Sagres*. Porto (Portugal): Livraria Portuense.
- DE BETTENCOURT, E. A. (1881-1882). *Descobrimientos, guerras e conquistas dos portugueses em terras do ultramar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Matta.
- DE REPARAZ, G. (1931). *La época de los grandes descubrimientos españoles y portugueses*. Barcelona – Buenos Aires: Labor.
- DE ZURARA, G. E. (1841). *Crónica do descobrimento e conquista de Guiné*, ed. Visconde de Santarém, Paris: J. P. Aillaud.
- DIAS, C. M. (dir.) (1922-1924). *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional.
- FONSECA, F. (1908). *A descoberta do Brasil*. 2ª ed.. Lisboa: Livraria Central de Gomes de Carvalho editor.
- GODINHO, V. M. (1942). «A historiografia contemporânea. Orientações e problemas». Lisboa: sep. *Revista da Faculdade de Letras*.
- GODINHO, V. M. (1955). «A historiografia portuguesa: orientações, problemas, perspectivas». São Paulo: sep. da *Revista de História*.
- GODINHO, V. M. (1943). *Dúvidas e problemas àcerca de algumas teses da história da expansão*. Lisboa: Edições Gazeta de Filosofia.
- GODINHO, V. M. (1953). *Les grandes découvertes*. Coimbra: Coimbra Editora.
- GODINHO, V. M. (1971). «Le Portugal devant l’Histoire. Tour d’horizon bibliographique», in *Ensaíos. III. Sobre teoria da história e historiografia*. Lisboa: Sá da Costa.
- GUIMARÃES, A. (1904). *Historia da geographia. A epopeia geographica dos portugueses durante os seculos XV e XVI*. Lisboa: Typographia de “A Editora”.
- GUIMARÃES, Â. (1894). *Uma corrente do colonialismo português. A Sociedade de Geografia de Lisboa 1875-1895*. Lisboa: Livros Horizonte.
- HERCULANO, A. (1842). «Cartas sobre a Historia de Portugal 1842. Carta V.» In *Opusculos, tom. V Controvérsias e estudos históricos. Tom. II*, 2ª ed.. Lisboa: Antiga Casa Bertrand – José Bastos e Cª - Livraria Editora, s. / d..
- JOÃO, M. I. (2002). *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian -Fundação para a Ciência e Tecnologia-
- JOÃO, M. I. (1994). *O infante D. Henrique na historiografia*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- LEITE, D. (1959-1962). *História dos descobrimentos. Colectânea de esparços*. Edição Vitorino Magalhães Godinho. Lisboa: Edições Cosmos.

- LOPES, D. (1924). *História de Arzila durante o domínio português (1471-1550 e 1557-1589)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- MAGALHÃES, J. R. (Inédito). «Esboço de uma história da *História dos descobrimentos portugueses* 1828-1943».
- MAJOR, R. H. (1876). *Vida do infante D. Henrique de Portugal apelidado o navegador e seus resultados compreendendo o descobrimento, no espaço de um século, de metade do mundo... conforme documentos authenticos contemporaneos*. Trad.. Lisboa: Imprensa Nacional.
- MARTINS, J. P. OLIVEIRA (1882). *Historia de Portugal*. 3ª ed.. Lisboa: Livraria Bertrand.
- MARTINS, J. P. OLIVEIRA (1920). *O Brazil e as colonias portuguezas*, 5ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- MARTINS, J. P. OLIVEIRA (1914). *Os filhos de D. João I*. 3ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.
- MARTINS, O. (1882). *Historia de Portugal*. 3ª ed. Lisboa: Parceria de A. M. Pereira, 18.
- MATOS, S. C. (1998). «A historiografia portuguesa dos descobrimentos no século XIX», in *Los 98 Ibéricos y el mar*. Madrid: Comisaría General de España, Expo Lisboa '98.
- MOTA, A. (1961). «Jaime Cortesão, historiador da expansão portuguesa», in *Homenagem a Jaime Cortesão*. Lisboa: Sep. rev. 'Ocidente', vol. 61.
- ONCKEN, G. (1910-1930). *História Universal*. Trad. por Zófimo Consiglieri Pereira (vols. I-IV), Agostinho Fortes (vol. V), Francisco Xavier Silva Teles e Manuel Maria d'Oliveira Ramos (vol. VI) e Manuel Maria d'Oliveira Ramos (vols. VII e ss.). Paris - Lisboa - Rio de Janeiro - S. Paulo - Belo Horizonte. Livrarias Aillaud e Bertrand – Francisco Alves, s. / d.. Publicação em Portugal iniciada antes de 1910 e terminada cerca de 1930.
- PERES, D. (1926). *Estudos de história*. Porto (Portugal): Faculdade de Letras do Porto.
- PERES, D. (1928-1954). *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora.
- REIS, J. B. (1941). *Estudos geográficos e históricos*. Lisboa: Agência-Geral das Colónias.
- RIBEIRO, O. (1955). *Aspectos e problemas da expansão portuguesa*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança.
- RUGE, S. (s/f). *Historia da epoca dos descobrimentos*. Trad. de Manuel de Oliveira Ramos. Paris - Lisboa - Rio de Janeiro - S. Paulo - Belo Horizonte. Livrarias Aillaud e Bertrand – Francisco Alves, s. / d.
- SANTARÉM, Visconde de (1855). *Démonstracion des droits qu'a la couronne de Portugal sur les territoires situés sur la côte occidentale d'Afrique entre le 5 degré et 12 minutes et le 8 de la latitude méridionale et par conséquent sur les territoires de Molembo, de Cabinda et d'Ambriz*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SARAVIA, C. (1841). *Indice chronologico das navegações, viagens, descobrimentos, e conquistas dos portugueses nos paizes ultramarinos desde o principio do século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SÉRGIO, A. (1920). *Ensaio*. Tom. I, Rio de Janeiro - Porto: Anuario do Brasil – Renascença Portuguesa.
- SILVA, L. (1918). *A astronomia dos Lusíadas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VITERBO, S. (1890). *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional.